

A HERANÇA PATRIMONIALISTA NA BUROCRACIA ESTATAL DO BRASIL: “*PATH DEPENDENCE*” PATRIMONIALISTA E A FALTA DA AUTONOMIA ENRAIZADA DO ESTADO BRASILEIRO

Rogério Enderle¹

Glaison Guerrero²

Resumo

Este artigo propõe-se a discutir a herança patrimonialista e suas implicações para a falta de um tipo de “autonomia enraizada” na burocracia estatal brasileira, a partir da análise das interpretações de dois consagrados historiadores brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, reexaminadas à luz da velha teoria institucionalista americana de Thorstein Veblen e seus seguidores neo-institucionalistas, principalmente Geoffrey Hodgson, William Dugger, John Zysman e Malcolm Rutherford. O estamento burocrático de Faoro e o homem cordial de Holanda são *insights* imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento brasileiro. Ambos os autores ressaltam o enraizamento social oriundo do legado português e de seus reflexos na formação social e política brasileira. Constituiu-se ao longo da trajetória histórica brasileira um tipo de imutabilidade que permeia o tecido institucional e condiciona o arranjo econômico e sociopolítico. Nesse sentido, não se estabelecem relações impessoais entre a dual burocracia estatal e a sociedade brasileira, onde “carece” instituições fortes, estáveis orientadas para projeto de desenvolvimento econômico bem definido, abrindo espaço para um capitalismo politicamente orientado pela elite. Sugere-se, então, uma interpretação das obras desses autores através de um referencial teórico institucionalista e evolucionário, ressaltando-se o “*embeddedness*” e o “*path dependence*” dessas instituições na matriz institucional brasileira e suas implicações: nossa herança patrimonialista.

Palavras-Chave: Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, patrimonialismo, *embeddedness*, *path dependence*.

Abstract

The essay proposes discussed it the patrimonial inheritance and its implications for the lack of a type of "autonomy taken root" in the Brazilian state bureaucracy, from the analysis of the interpretations of two consecrated Brazilian historians, Sergio Buarque de Hollanda and Raymundo Faoro, reexamined to the light of the old American institucionalista theory of Thorstein Veblen and its neo-institucionalistas followers, mainly Geoffrey Hodgson, William Dugger, John Zysman and Malcolm Rutherford. The estamento bureaucratic stratum of Faoro and the cordial man of Sérgio Buarque are insights indispensable for the comprehension of the Brazilian development. Both the authors stand out the social rooting arising from of the portuguese bequest and of his consequences in the social formation and Brazilian politics. It constituted to the long of the Brazilian development a kind of immutable that penetrate the institutional woven and conditions the economic arrangement and socio-political. Therefore, not impersonal relations are established with "rules of the game" well definite, opening space for a capitalism politically oriented. It suggests, then, an interpretation of the works of those authors through a theoretical reference institutionalist and neo-schumpeterian, standing out the embeddedness and the path dependence.

Key-words: Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, patrimonial, embeddedness, path dependence.

¹ Aluno do PPGE da UFRGS e bolsista do CNPQ. Endereço eletrônico: rogerioenderle@yahoo.com.br

² Aluno do PPGE da UFRGS e bolsista da CAPES. Endereço eletrônico: glaisonguerrero@hotmail.com

1. Introdução

O ensaio objetiva discutir as raízes do processo de desenvolvimento brasileiro, usando dois consagrados intérpretes do Brasil, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda³. A comparação entre ambos remete-nos a buscar compreender a gênese e a trajetória da economia e da sociedade brasileira através de nossa herança portuguesa e seu enraizamento social, que transplantou para além-mar suas instituições. A matriz institucional brasileira se constituiu de fora para dentro, a começar pelo Estado, que apareceu antes da sociedade.

O esforço de aproximar as obras de grandes intérpretes do Brasil ao marco teórico institucionalista/evolucionário se justifica devido a incríveis afinidades epistemológicas e etimológicas (vocabulários particulares e afins) dessas abordagens, onde se acrescenta que o campo de pesquisa institucionalista heterodoxo tem-se desenvolvido substancialmente em resgatar as idéias evolucionárias das instituições de Veblen, a fim de construir um marco teórico multidisciplinar não reducionista (a partir da psicologia social, sociologia e da economia (Hodgson, 1992)), sob a ótica de um processo histórico da mudança institucional e do desenvolvimento econômico.

A economia evolucionária de Veblen é concebida como uma formulação teórica do processo da vida econômica, onde o agente das mudanças é o ser humano, seus conhecimentos, habilidades e hábitos. Para Veblen os indivíduos são ativos e a direção das suas atividades é determinada pelas circunstâncias e seus temperamentos. Estas são produtos das características hereditárias, experiências passadas, que age cumulativamente sobre determinadas tradições, convenções e circunstâncias materiais (Rutherford, 1998), inclusive tecnológicas. Entretanto, Veblen encarava a história como absurda, como uma trajetória cega, não como um movimento dialético e certamente não um processo determinístico que necessariamente leva ao progresso (Dugger, 1988). Diferentes ambientes de “vida” marcam os desempenhos diferenciados dos países, na ótica institucionalista (Zysman, 1994). Os sistemas de mercados nacionais desenvolvem-se a partir de uma dinâmica particular dos nexos entre política, instituições, mercados, e uma estrutura socioeconômica e política “herdada” do passado, que é produto de uma estrutura de incentivos e constrangimentos que guiam as estratégias dos agentes e suas tomadas de decisões. Nestes termos, a busca por um arcabouço teórico e analítico que contemple a mudança - mas uma mudança que carrega características “hereditárias” onde ela não é abrupta e radical - aponta na direção de convergência entre as abordagens histórica, institucional e evolucionária.

Sob esta perspectiva, além desta introdução, na seção 2, apresentam-se alguns autores institucionalistas/evolucionários, no sentido de compreender, sob suas contribuições, o processo de desenvolvimento econômico; na seção 3, explora-se a obra de Raymundo Faoro, Os Donos do Poder; na seção 4, faz-se uma revisão da obra de Sérgio Buarque, Raízes do Brasil; na seção 5, faz-se uma aproximação dos “pontos de contato” do referencial teórico neo-institucionalista às interpretações históricas do Brasil; e, na seção 6, apresentam-se as considerações finais.

³ Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda fazem parte de uma abordagem sociológica da herança patriarcal-patrimonial, ao lado de outros renomados intérpretes, tais como, Gilberto Freyre e Roberto da Matta (Tavoralo, 2005).

2. O legado institucionalista de Veblen e os avanços neo-institucionalistas⁴

Em 1898 Veblen publica o seminal artigo intitulado “*Why is Economics Not an Evolutionary Science?*” no qual chama atenção para o caráter estático e equilibrista da economia clássica e neoclássica por estas considerarem os agentes humanos como hedonistas em termos de “*a passive and substantially inert and immutably given human nature*” (Veblen, 1898, p.73 *apud* Rutherford, 1998, p.464). Em contraste, a economia de Veblen é concebida como uma formulação teórica do “processo da vida econômica”, onde o agente das mudanças é o ser humano, seus conhecimentos, habilidades e hábitos de pensamento (*ibidem*, p.464). Para Veblen, os indivíduos são “*products of his hereditary traits and his past experience, cumulatively wrought out under a given body of traditions, conventionalities, and material circumstances; and they afford the point of departure for the next step in the process*” (Veblen, 1898, p.74 *apud* Hodgson, 1992, p.291).

Os esforços teóricos de Veblen foram dirigidos para a construção de uma teoria econômica evolucionária, onde as circunstâncias e os hábitos de pensamentos dos indivíduos são parte de um processo de mudança cumulativo. A natureza dinâmica das decisões econômicas dos indivíduos no tempo e espaço e o ambiente onde se dão essas decisões são afetados incessantemente por esse processo de mudança cumulativo. Nesse sentido, “*the economic life history of the individual is a cumulative process of adaptation of means to ends that cumulatively change as the process goes on, both the agent and his environment beings at any point the outcome of the last process* (Veblen, 1898, p.74-75 *apud* Hodgson, 1992, p.291). Numa passagem posterior apresenta a idéia de causação cumulativa e clama para uma teoria da transformação e mudança cultural como “... *an evolutionary economics must be a theory of a process of cultural growth as determined by the economic interest, a theory of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process itself* (Veblen, 1898, p.77 *apud* Hodgson, 1992, p.292).

A partir dessa “visão” dos seres humanos como agentes da mudança cultural, mas que por sua vez são moldados pelas circunstâncias materiais e sociais, inclusive circunstâncias tecnológicas⁵ por um processo de causação cumulativa, é que Veblen elaborou sua idéia de instituições, como hábitos do pensamento humano. De acordo com ele, instituições são “*settled habits of thought common to the generality of men.*” (Veblen, 1907, p.239 *apud* Hodgson, 1992, p.287). Por sua vez, esses “*habits of thought are moulded or even inculcated by culture, practice or technology*” (*ibidem*, p.288). Nestes termos para Veblen, na Teoria da Classe Ociosa (1899)

“O progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser considerado, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive. As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção (Veblen, 1987, p. 87).

E mais adiante acrescenta

⁴ Atribuímos, como Conceição (2002), os autores que eles próprios se designam como seguidores da velha tradição institucionalista americana inaugurada por Torsten Veblen, da qual Douglass C. North não faz parte, por neo-institucionalista. Douglass North se intitula neo-utilitarista. Para mais detalhes, ver Conceição (2002).

⁵ “Na cultura moderna, indústria, processos e produtos industriais têm se imposto progressivamente sobre a humanidade... e não é demasiado afirmar que eles se tornaram a força principal na formação dos hábitos de vida humanos e, portanto, a força principal na formação dos hábitos de pensamento humanos. Por isso, os homens aprenderam a pensar nos termos nos quais os processos tecnológicos agem” (Veblen, 1921, p.17 *apud* Monastério, 1998, p.30).

“As instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam... A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando, ou revigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado... Ao mesmo tempo, os hábitos mentais dos homens hodiernos tendem a persistir indefinidamente, exceto quando as circunstâncias obrigam a uma mudança. Essas instituições assim herdadas, esses hábitos mentais, pontos de vista, atitudes e aptidões mentais, ou seja lá o que for, são, portanto, um elemento conservador; e esse é um fator de inércia social, de inércia psicológica, de conservantismo” (Veblen, 1987, p.88).

As instituições são habitualmente um processo rotinizado do comportamento humano prevalecente no ambiente social, cultural, político e econômico que evoluem através de um processo seletivo e adaptativo. Isso denota os aspectos em que as instituições são cumulativas e persistentemente “*self-reinforcing*” através de um processo positivo, e porque não negativo, de retroalimentação (*feedback*). Segundo Hodgson (1992, p.292-293), para usar uma linguagem moderna, retroalimentação positiva e auto-reforçante das instituições engendra o fenômeno de *lock-in* (Arthur, 1989, 1990), que “*can thus be regarded as sufficiently units of selection in an evolutionary process*”.

Entretanto, Veblen via a história como absurda, como uma trajetória cega, não como um movimento dialético e certamente não como processo determinístico que necessariamente leve ao progresso (Dugger, 1988). Em sua crítica à teleologia do pensamento marxista, ele afirma que a evolução é “um esquema de causação cumulativa cega, no qual não há orientação, termo final, consumação... e equilíbrio definitivo” (Veblen, 1921, p.417; p.436 *apud* Monastério, 1998, p.33). Sendo o comportamento humano “*embeddedness*” na circunstância cultural, o processo de mudança cumulativa pode ou não resultar em conseqüências benéficas para a sociedade, podendo resultar numa deterioração cumulativa, como no caso do subdesenvolvimento, podendo ou não conduzir a melhoria cumulativa (Dugger, 1988, p.4).

Nestes termos, para se entender o processo de desenvolvimento econômico de um país deve-se dar a devida atenção aos enquadramentos institucionais que influenciam e constroem a ação econômica no mundo real. De forma geral, para a escola neo-institucionalista, a cultura, os hábitos, as instituições, têm a percepção de julgamento, desempenhando, por isso, um papel fundamental nas estratégias de decisão dos agentes econômicos e, conseqüentemente, nas trajetórias de crescimento econômico⁶.

Um dos principais estudiosos do pensamento institucionalista contemporâneo, Geoffrey Hodgson⁷, seguidor dos escritos do antigo institucionalismo de Veblen, preocupa-se muito como as

⁶ Observando o estado das artes da abordagem institucionalista, vêem-se substanciais avanços no tratamento das instituições e de seu papel no processo de crescimento econômico. Mais especificamente, a abordagem neo-institucionalista tem dado evidente e importante contribuição para a construção de uma Teoria Econômica das Instituições (TEI). As trajetórias de crescimento econômico são diversas e heterogêneas, e ocorrem no interior de um processo de constante mudança, sem se saber se parar melhor, ou não. Alguns autores institucionalistas têm sugerido a compreensão do processo de mudança através de uma Teoria da Dinâmica Econômica, que seria também uma TEI, considerando que o objeto de análise seja o próprio complexo processo de mudança institucional, indissociado de um *embeddedness* e *path dependence*.

⁷ O autor tem uma concepção de instituição vebleniana, no sentido de hábito mental. O propósito é o esclarecimento da relação entre instituições e indivíduos, funcionando como uma via de mão dupla. Há uma sinergia inerente nas interações entre indivíduos e instituições, em que ambos influenciam e são influenciados. No entanto, esse processo circular de determinação mútua entre indivíduos e instituições não iguala tais variáveis em seus sentidos ontológicos e explicativos. Suas características carregam substanciais diferenças. De acordo com Hodgson (2002, p. 115), *[i]ndividuals are purposeful, whereas institutions are not, at least in the same sense. Institutions have different*

instituições nascem e evoluem ao longo do tempo. Nesse sentido, “(...) *institutions involve rules, constraints, practices and ideas that can – through psychological and social mechanisms that have to be specified – sometimes mould individual purposes and preferences in some way*” (Hodgson, 1993). Em outro artigo esclarece:

“The fact that institutions typically portray a degree of invariance over long periods of time, and may outlast individuals, provides a reason for choosing institutions rather than individuals as a basic unit. Most institutions are temporally prior to the individuals that relate to them. We are all born into and socialized within a world of institutions. Recognizing this, institutionalists focus on the specific features of specific institutions, rather than building a general and ahistorical model of the individual agent.” (Hodgson 1998, p. 172).

No propósito de buscar a “essência” da economia institucional, Hodgson (2000, p. 318) elenca cinco proposições fundamentais da economia institucional, acreditando que as mesmas contêm o ‘*hard core*’ da economia institucional. São elas: (i) ausência de um projeto político específico; (ii) interdisciplinaridade; (iii) estudo das instituições; (iv) reconhecimento da economia como um sistema aberto e evolutivo; e (v) o indivíduo é afetado por seu ambiente institucional e cultural, de forma que o indivíduo não é um “dado”⁸. O autor conclui que a quinta proposição é a “essência” da economia institucional.

O que o neo-institucionalismo busca é uma construção teórica menos abstrata e geral, enfatizando as diferentes dinâmicas encontradas em diferentes momentos e espaços. Há necessariamente, então, uma heterogeneidade dos arranjos institucionais, sobretudo pelo processo de aprendizagem que se desenvolve ao longo do tempo nos diferentes ambientes institucionais amparados em uma determinada capacidade cognitiva. Sob esse modelo analítico, sem dúvida, as instituições merecem ter uma atenção central.

Sob a concepção de uma abordagem não-reducionista⁹, os agentes econômicos e suas tomadas de decisão são oriundas de uma gama de procedimentos comportamentais diferentes. Desse modo não há uma única regra com propriedades universais capaz de sintetizar o comportamento de todos os indivíduos¹⁰. A análise se dá a partir de uma lente que considera uma

lifespans from individuals, sometimes enduring the passing of the individuals they contain. Then mechanisms of reproduction and procreation are very different.”

⁸ De forma geral, pode-se dizer que o que distingue as teorias institucionalistas heterodoxas da abordagem neoclássica é a sua visão de mundo não-reducionista. De outra forma, os comportamentos dos indivíduos são moldados por instituições, que são idiossincráticas e, portanto, possuem um *path dependence* – a história importa. Nesse sentido, não há razão para acreditar que a racionalidade dos agentes econômicos seguirá um caminho comum que levará há um padrão determinado de decisões individuais, como o “tipo ideal” de comportamento neoclássico.

⁹ O termo não reducionista se refere ao grau de reducionismo incorporado nas análises neoclássicas, considerado demasiado. É elementar que sempre haverá algum grau de reducionismo em qualquer análise de um sistema tão complexo como é a compreensão de um ambiente econômico com relações que criam sinergias que permeiam todas as relações. A questão é em que se baseia esse reducionismo, em um comportamento egoísta maximizador que tende a um equilíbrio esperado. O ponto é que tal tipo de análise não é capaz de captar o processo evolutivo das mudanças econômicas. A racionalidade maximizadora é apenas uma dentre as diversas regras de comportamento que podem existir.

¹⁰ O refinamento teórico no objetivo de construir um arcabouço analítico que aperfeiçoe a lente que se usa para observar os fenômenos econômicos não pode aceitar funções de preferências dadas. Sob a idéia de agentes interativos e parcialmente maleáveis, entrelaçados em uma rede de instituições parcialmente duráveis e auto-reforçadas, necessariamente suas preferências individuais devem evoluir a fim de ser possível explicar com mais rigor a evolução e estabilidade das instituições. Assim, então, compreender-se-ia melhor porque algumas instituições conservam estabilidade enquanto outras falham em emergir. O centro da mudança proposta é a capacidade de maleabilidade das preferências individuais. Hodgson usa o exemplo de Wesley Mitchell sobre a evolução da moeda. A existência da moeda não pode ser compreendida simplesmente em função da redução de custo e de conveniência individual. Nas palavras do próprio Mitchell (*apud* Hodgson, 2002) moeda marca seu padrão sobre a oportunista natureza humana,

diversidade de arranjos institucionais com dinâmicas de funcionamento distintas em que prevalecem diferentes tipos de enraizamentos sociais – *embeddednes*.

Em seu artigo, *How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth*, John Zysman, ressalta a importância fundamental do aspecto microeconômico para o crescimento econômico, numa ótica institucionalista/evolucionária e contribui com uma ênfase nas trajetórias de crescimento historicamente enraizadas. Neste sentido, seu enfoque é um bom ponto de partida para elucidar a relevância do ambiente microeconômico numa perspectiva institucionalista. Além disso, o autor ainda contribui por fundir o pensamento institucionalista ao neo-schumpeteriano, no momento em que ressalta os sistemas nacionais de inovação e seu papel nas diferentes trajetórias tecnológicas (Conceição, 2002).

Na abordagem de Zysman (1994), seu núcleo é o papel historicamente enraizado das instituições e suas influências no crescimento econômico dos países. Não por outro modo, o desenvolvimento econômico se apresenta de diferentes formas devido aos diversos *path dependence*. Uma visão desse tipo não parte de uma visão de mundo com tendências a convergência, equilíbrio e/ou *steady state*. As idiosincrasias determinadas pelo ambiente institucional enraizado historicamente moldam as escolhas dos indivíduos e a resolução de problemas empresariais e contratuais.

O desempenho diferenciado dos diversos países perpassa a dinâmica oriunda dos nexos entre política, instituições e mercado. Os sistemas de mercados nacionais são produto de uma estrutura de incentivos e punições que guiam as estratégias dos agentes e suas tomadas de decisões. Zysman (1994, p. 245-247), elabora uma estrutura lógica em quatro passos para estabelecer os vínculos entre política, instituições e os mercados: i) a organização da política e dos mercados dentro de cada economia e sua estrutura institucional condiciona as decisões dos agentes e, conseqüentemente, as dinâmicas nacionais específicas. Em tal ambiente o desenvolvimento industrial e político passam a ser determinantes da estrutura institucional, que reflete na operação dos mercados que se consolidam idiosincriticamente. Portanto, a história importa num sentido *path dependence*; ii) não é possível a reprodução similar por parte de países de uma determinada estrutura industrial em um ambiente econômico, social e regional diferente, pois é a interação e sinergia criada pela estrutura institucional local com a estrutura industrial que define o padrão rotineiro comportamental dos agentes; iii) a lógica de mercado que as firmas obedecem gera um condicionamento estratégico corporativo e a dinâmica de capacitação tecnológica nacional; iv) o diferenciado padrão rotineiro, estratégico e competitivo, e o tipo de acesso ao mercado e a tecnologia são fundamentais para a determinação da lógica concorrencial num âmbito internacional.

Torna-se central levar em consideração os contextos nacionais diferentes, e como os arranjos institucionais conformam-se ao longo do tempo, consolidando uma estrutura institucional de economia política nacional. As trajetórias de crescimento dos países são moldadas pelas suas instituições e seu papel na determinação dos padrões do processo inovativo e da capacitação tecnológica.

“The institutional structure of market economies sets down patterns of constraint and incentive. It thereby induces routine behaviors from companies and government. Consequently, variations in those structures contribute to distinct development trajectories. Evolution in those institutional structures will provoke evolution in economic routine”(Zysman, 1994, p. 258).

O processo de evolução das instituições é complexo, pois seu enraizamento está, também, no âmago legal e político dos processos de desenvolvimento econômico. Nesse processo o arranjo

impondo com que as pessoas se comportem de maneira padronizada ao estímulo padronizado que estabelece, e isso compromete as virtudes imanadas do que é bom, belo e verdadeiro.

institucional cria normalmente algum tipo de *lock in*¹¹. Para que ocorra o desenvolvimento institucional há que ocorrer algum tipo de fenômeno inesperado oriundo de uma grande crise, ou algo que acarrete uma insuficiência de capacitação para cumprir com a resolução dos novos problemas, que demandem constante revigoramento técnico e político. Deve haver, então, necessariamente, mudanças nas instituições existentes. E o processo de reformas é inerentemente conflituoso, refletindo não apenas em âmbito econômico.

Conforme Arthur (1989), num ambiente de instituições sob retornos crescentes, passam a atuar mecanismos auto-reforçantes, estabelecendo um arranjo institucional *lock in* e *path dependence*. Mesmo que a matriz institucional não seja a com melhor conjunto de instituições para promoção do desenvolvimento econômico, em um cenário em que existem retornos institucionais crescentes, há uma tendência para que estas se mantenham em ação. A economia sustenta, então, uma rigidez estrutural, em detrimento de novos padrões de desenvolvimento. As instituições existentes não auxiliam atividades produtivas com maior grau de produtividade.

“Under constant and diminishing returns, the evolution of the market is ergodic – ultimate market shares are built in a priori to the endowments, preferences, and transformation possibilities that describe the economy and small events cannot sway the outcome. Here the dynamics of the market reveal the superior choice.. But while this is comforting, it reduces history to the status of mere Carrier the deliverer of the inevitable. Under increasing returns, by contrast, the process becomes path dependent. It is nonergodic – many outcomes are possible, and heterogeities, small indivisibilities, or chance meetings become ‘selected’. History becomes all-important” (Arthur, 1989, p. 27).

O processo de crescimento econômico necessita de um ambiente institucional que lhe de condições de se realizar. “[G]rowth is a function of the accumulation of technological bets that create new uses for and means of employing capital. Those bets, as we shall see, can only be understood in a national institutional environment” (Zysman, 1994, p. 260). Não basta apenas um volume substancial de investimentos e o conhecimento sobre a dinâmica do processo de desenvolvimento tecnológico¹² para se alcançar um desempenho positivo e substancial de crescimento.

O crescimento econômico deve ser visto como um processo evolucionário e particular, o que implica a existência de um universo múltiplo de tipos de trajetórias de crescimento¹³. E são as

¹¹ O processo de *lock in* pode ocorrer no âmbito das instituições e das tecnologias. Tanto instituições quanto tecnologias obedecem a suas trajetórias historicamente construídas. O grau de dificuldade em modificar o conjunto de fatores que determinam o arranjo institucional e o padrão tecnológico, que vai desde a concepção cognitiva até aspectos puramente financeiros, vai determinar a trajetória. E na maior parte das vezes são as instituições a ditar os aspectos aparentes das especificidades locais. Há um caminho histórico institucional que, não raro, através de seus mecanismos auto-reforçantes, demonstram o *path dependence* (Arthur, 1989).

¹² Não há dúvidas sobre a relevância da tecnologia no processo de crescimento econômico. Possui um reflexo social, influenciando a organização das empresas, até mesmo modificando o aspecto comportamental e as decisões sociais. Nesse sentido, seu aspecto idiossincrático deve ser destacado. “[T]echnology is a socially created constraint” (Zysman, 1994, p. 261). Nelson (2002), vincula a tecnologia as instituições, propondo o conceito de tecnologia social.

¹³ Como exemplo, Zysman (1994, p. 258-259), cita os casos da França, Alemanha e Inglaterra. “The particular course of development creates a distinctive institutional structure for governing the markets of labor, land, capital and goods. The centralization of the French system was established as part of the state system and as an extension of the authority of the king. In Germany the catch-up required for late industrialization, the capital requirements of heavy industry and the security necessity of accomplishing something different very quickly encouraged bank-centered development as a means to collect savings and start enterprises (Gershenkron, 1962). The shopfloor fragmentation of the British labor movement reflects its origins in craft unions; the legal framework of union rights that declare them not to be a criminal or civil conspiracy made reform around responsibilities extremely difficult. Because these arrangements – state structure, financial market organization and labor market rules – touch the interests of so many and are rooted so firmly in the development of economic, legal e political systems, they are very difficult to alter.

instituições que ditam o padrão e o ritmo do desenvolvimento econômico, suscitando mais de um tipo de capitalismo. No entanto, deve-se destacar que:

“Economic development is an inherently messy and painful process. Worker or management skills are devalued resulting in lost jobs and incomes. New skills or technologies are rewarded. The political problem is resolving the question of who gains and loses from growth. Endless struggles over the gains and pains of growth can interfere with growth by disrupting the very processes of market adjustment (Zysman, 1994, p. 257).

3. Raymundo Faoro¹⁴: a questão do estamento burocrático

Raymundo Faoro obteve notório reconhecimento como um dos principais intérpretes do Brasil através de sua obra clássica, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, lançado em 1958¹⁵. De acordo com Comparato (2003), Faoro é um intérprete do Brasil que se enquadra na historiografia compreensiva, usando uma análise do tipo estrutural com vistas ao longo prazo. Ele buscou a explicação dos fatores permanentes na formação do patronato político brasileiro no Estado. O Faoro historiador¹⁶ é um explicador, pois busca compreender as sucessões de acontecimentos no tempo histórico, indicando as causas e um determinado sentido. Os fatos são colocados como parte de um todo, sustentando seu significado. Essa historiografia compreensiva se caracteriza como estrutural, dando ênfase ao longo prazo, conforme a passagem de Faoro (1977, p. 733), “[d]e D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo.”

¹⁴ Raymundo Faoro nasceu em Vacaria (RS), foi advogado, jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor, além de um apaixonado estudioso da obra de Machado de Assis. É considerado um dos maiores intérpretes do Brasil, principalmente na compreensão da sociedade, da política e do Estado brasileiro. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1948, assumindo o cargo de Procurador do Estado do Rio de Janeiro em 1951, destacando-se como um dos mais importantes juristas do Brasil. Adquiriu notoriedade como intérprete do Brasil pelo seu livro clássico, *Os Donos do Poder*¹⁴ – Formação do patronato político brasileiro, em 1958. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 2000, vindo a falecer em 2003.

¹⁵ Nesse livro clássico, Raymundo Faoro inova ao criar os conceitos de “estamento burocrático” e capitalismo político, que embora não estando presentes em seu principal autor de referência, Max Weber, é a partir dele sua gênese. Além disso, usa com extrema competência a diferenciação entre sociedade política e sociedade civil, incorporada de Hegel. Max Weber trabalha com “tipos ideais”, construções teóricas que fornecem ao pesquisador uma lente através da qual se observa a realidade. No entanto, encontrar todas as condições necessárias para se caracterizar os tipos de dominação trabalhados por Weber, em estado puro, torna-se tarefa muito difícil. Para o autor existem três tipos de dominação: a racional-legal, a carismática e a tradicional. Faoro usa o “tipo” de dominação tradicional, a qual, conforme Weber (2000), “(...) sua legitimidade repousa na crença da santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (“existentes desde sempre”). Determina-se o senhor (ou os vários senhores) em virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição. A associação dominada é, no caso mais simples, em primeiro lugar uma associação de piedade caracterizada por princípios comuns de educação. O dominador não é um “superior” mas senhor pessoal; seu quadro administrativo não se compõe primariamente de “funcionários” mas de “servidores” pessoais, e os dominados não são “membros” da associação, mas 1) “companheiros tradicionais” ou 2) “súditos”. Não são os deveres objetivos do cargo que determinam as relações entre o quadro administrativo e o senhor: decisiva é a fidelidade pessoal do servidor (p. 148). “(...) Ao surgir um quadro administrativo (e militar) puramente pessoal do senhor, toda dominação tradicional tende ao patrimonialismo (...) (p.151)”, que é, “(...) toda dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal (p.152). (...)”. No mesmo sentido, (...) denominamos dominação estamental aquela forma de dominação em que determinados poderes de mando e as correspondentes oportunidades econômicas estão apropriados pelo quadro administrativo” (p. 152). “A dominação patrimonial e especialmente a patrimonial-estamental trata, no caso do tipo puro, igualmente todos os poderes de mando e direitos senhoriais econômicos, e as oportunidades econômicas privadas apropriadas”(p.155).

¹⁶ Schwartzman (2003), faz uma significativa crítica ao sentido histórico da análise de Faoro. Se referindo a Faoro, mesmo que ele tivesse estudado um longo período da história política brasileira, sua visão era a-histórica do fenômeno que estava estudando, e nesse sentido ele se afastaria do que se enquadraria numa típica interpretação weberiana.

O capitalismo de Estado esteve sempre presente nas conquistas portuguesas. Desde a conquista de Ceuta, quando João Afonso, membro do estado-maior do rei, fez proposta da expedição, o estamento possuía um papel fundamental. “O estamento filtra, pondera e tece um plano que daria ao tesouro real grossas compensações. Esta a realidade, mais prosaica e menos bela do que a da lenda, que via na conquista de Ceuta um torneio de cavalaria: o rei, ao armar cavaleiro seus três filhos, teria decidido a realização de um golpe de grande estilo, desferido contra o islamita” (Faoro, 1977, p. 55-56).

Essa conquista de Ceuta foi uma manifestação do capitalismo de Estado. Houve um mutirão, de pessoas de todas as classes e interesses, coordenados por um corpo superior que assumiu o compromisso de guiar o rumo ao mar alto. Não havia nem um arranjo, que não esse, capaz de conduzir tal largada.

“Todos colaboraram na grande arrancada, submissos, famintos de honras e de saques, ávidos de lucros, ardentes de fé – todos por si sob a bandeira real, que lhes cobria e lhes dava cor, vida e energia. O estamento, só ele, esquivo, encoberto, impessoal, representava a realidade – tudo o mais, mera aparência. Seu espírito: cruzada, rapina, pirataria, comércio, dilatação do império e da fé” (Faoro, 1977, p. 56).

Nesse sentido, era um capitalismo monárquico português, politicamente orientado. É nessa formação Estado português que se gera o “estamento burocrático”, originando-se do “patrimonialismo” weberiano, tomando forma no “patronato político brasileiro”.

“A Coroa, só ela e mais ninguém, dirige a empresa que é seu monopólio inalienável. As terras descobertas, como se fossem conquistadas, pertenciam, e direito e de fato, à monarquia. Senhora das terras e dos homens, é-o, também, das rotas e do tráfico. Do exclusivo domínio sobre as descobertas e conquistas decorre, naturalmente, o monopólio do comércio, que leva ao capitalismo monárquico, sistema experimental de exploração econômica ultramarina” (Faoro, 1977, p. 57).

A dinâmica empreendida pelas conquistas além-mar construiu a base da formação política.

“O Estado se incha de servidores, que engrossam o estamento, ramificado na África, Ásia e América, mas sobretudo concentrado no reino, com a multidão de ‘pensionistas’ e dependentes, fidalgos e funcionários, todos sôfregos de ordenados, tenças e favores – o rei paga tudo, abusos e roubos, infortúnios comerciais e contratos fraudados. Ia-se a Índia, diz uma testemunha do tempo, como quem vai vingar a sua vinha. No país, os cargos são para os homens e não os homens para os cargos. O sistema não pode renovar-se, expandir-se, saindo das malhas dos enredos públicos, quer para incrementar a indústria, quer para se libertar da autofagia da suas organizações comerciais. Não encontrou, entretanto, um final catastrófico, súbito, senão que se enrijeceu numa tessitura permanente, congelada, aderida ao corpo social da nação. A atividade mercantil, desenvolvida até o delírio, mas dentro das raias que lhe assinalava a ordem econômico-política, não alcançou a forma do capitalismo industrial” (Faoro, 1977, p. 58)

Um modelo de desenvolvimento capitalista como esse, politicamente orientado, que paira sobre uma estrutura estamental, não cria um núcleo endógeno de forças que dinamizem as relações econômicas e estimulem a conformação de um capitalismo sob as bases da empresa livre. Onde se encontra a riqueza está o rei. A sede por arrecadar impostos e sustentar suas extravagâncias, reprime possíveis iniciativas empreendedoras privadas. Além disso, não foi capaz de se organizar racionalmente em termos de gestão de uma empresa mercantil que era. E por último, não há um autofinanciamento no intuito de se realizarem novos investimentos.

“O estamento, cada vez mais de caráter burocrático, filho legítimo do Estado patrimonial, ampara a atividade que lhe fornece os ingressos, com os quais alimenta sua nobreza e seu ócio de ostentação, auxilia o sócio de suas empresas, estabilizando a economia, em favor do direito de dirigi-la, de forma direta e íntima. O encadeamento das circunstâncias históricas, que parte do patrimonialismo e alcança o estamento, fecha-se sobre si mesmo, com a tutela do comércio de trânsito, fonte do tesouro régio, do patrimônio do rei, fonte das rendas da nova aristocracia, erguida sobre a revolução do Mestre de Avis, engrandecida na pirataria e na guerra que incendiavam os oceanos Índico e Atlântico” (Faoro, 1977, p. 59)

O Brasil moderno tem suas raízes calcadas no Estado patrimonial que possui sua gênese em Portugal. Vem de lá a dificuldade em se estabelecer relações impessoais no trato das coisas públicas. Não havia uma linha divisória bem definida entre os domínios públicos e aquilo que a realeza poderia usufruir. Não era o trato impessoal a essência da administração pública, no sentido de ser capaz de ir se inserindo nas relações sociais e regular as relações entre o Estado e os súditos da Coroa.

A consolidação do Estado patrimonial português e sua lógica burocrática estamental dirigiam a dinâmica colonial. Sua influência perpassava a esfera político-administrativo e militar, obtendo reflexos substanciais no âmbito cultural, econômico e religioso.

“O mercantilismo empírico português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental, inseparável de seu conteúdo doutrinário, disperso em correntes, facções e escolas. Este ponto, claramente emergente da tradição medieval, apurado em especial pela monarquia lusitana, acentua o papel diretor, interventor e participante do Estado na atividade econômica. O Estado organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação da terra, estabiliza preços, determina salários, tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige. (...) O Estado, desta forma elevado a uma posição prevalente, ganha poder, internamente contra as instituições e classes particularistas, e, externamente, se estrutura como nação em confronto com outras nações” (Faoro, 1977, p. 62).

O direito português foi articulado para servir à organização política em detrimento ao comércio e à economia particular. Em 1603, houve a edição das Ordenações Filipinas, o código legislativo de Portugal e do Brasil que mais perdurou. Foram um estatuto da organização político-administrativa do reino. Sua essência é a intervenção do Estado na economia em qualquer atividade que envolva negócios.

Nesse contexto, o estamento se torna a camada organizada e definida politicamente em razão de suas relações com o Estado, e também se consolida socialmente por seu *modus vivendi* estilizado e exclusivista. (Campante, 2003) Possui uma dinâmica autônoma e fechada, exercendo seu poder através do controle patrimonialista do Estado, não fazendo distinção entre o público e o privado.

“O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, com aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo - o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência. O Estado ainda não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados” (Faoro, 1984, p. 84).

A realidade histórica brasileira manteve essa estrutura patrimonial, resistindo a dinâmica capitalista. Assimilou do capitalismo o conhecimento técnico, tanto o tácito como o codificado, suas

máquinas, suas empresas, porém não incorporou sua essência. As adaptações realizadas mantiveram o passado e sua trajetória histórica. “Característico principal, o de maior relevância econômica e cultural, será a do predomínio, junto ao foco superior de poder, do quadro administrativo, o estamento que, de aristocrático, se burocratiza progressivamente, em mudança de acomodação e não estrutural (Faoro, 1977, p. 736).

O que se vê no Brasil é uma mistura entre o “estamento burocrático” e uma sociedade que vive uma história de tradição patrimonial-burocrática portuguesa. Nesse sentido, o Brasil não encontrou a pista da lei natural do desenvolvimento, guiando o país a modernidade, em detrimento da modernização¹⁷. De acordo com Faoro (1992, p. 8), “(...) a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega a sociedade por meio de um grupo condutor, que se privilegiando, privilegia os setores dominante.”

4. Sérgio Buarque de Holanda¹⁸: o homem cordial

O livro, *Raízes do Brasil*, conforme o autor de seu prefácio é “um clássico de nascença”. É considerado uma das obras fundadoras da moderna historiografia e ciências sociais brasileiras. Seu ponto central é a incapacidade que acompanha a sociedade brasileira em separar a vida pública e a vida privada.

Em Holanda (2005), o modelo de sociabilidade no Brasil é fundamentalmente atribuído ao enraizamento dos traços lusitanos de falta de fidedignidade a qualquer tipo de ordenação impessoal, sustentando o patrimonialismo existente. O autor percebeu as urgentes mudanças necessárias que se exigia para o pleno desenvolvimento de uma sociedade moderna calcada na racionalidade, construindo instituições e relações sociais características de uma ordem racionalizada.

“A crise que acompanhou a transição do trabalho industrial aqui assinalada pode dar uma idéia pálida das dificuldades que se opõem à abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e de sangue.(...) E se bem considerarmos as teorias modernas, veremos que elas tendem, cada vez mais, a separar o indivíduo da comunidade doméstica, a libertá-lo, por assim dizer, das ‘virtudes’ familiares. Dir-se-á que essa separação e essa libertação representam as condições primárias e obrigatória de qualquer adaptação à ‘vida prática’” (Holanda, 2005, p. 143).

¹⁷ Arend (2007), discute, usando um referencial teórico institucionalista e neoschumpeteriano, os reflexos dos processos de modernização ocorridos no Brasil, revisitando as obras de Raymundo Faoro e Celso Furtado. A opção por uma “trajetória dependente da modernização” seria responsável pelo atraso, subdesenvolvimento e dependência do país. As tentativas de superação do subdesenvolvimento não transformam a matriz institucional brasileira, não rompendo com o círculo vicioso de emulação das elites nacionais em relação às sociedades estrangeiras e, conseqüentemente, das camadas sociais nacionais menos abastadas em relação às elites nacionais. Provoca-se, assim, um rompimento com a cultura local.

¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda, nasceu em São Paulo, formou-se em Direito em 1925, na extinta Universidade do Brasil. Mas sua vida ficou marcada pelas suas atividades como jornalista, sociólogo e historiador, tornando-se um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX. Seu esforço foi no sentido de interpretar as raízes históricas nacionais, focando sua estrutura social e política. Foi correspondente internacional na Europa, onde contato com o movimento modernista europeu e aprofundou seus conhecimentos na obra do sociólogo alemão Max Weber. Após retornar ao Brasil em 1936, começou a lecionar História Moderna e Contemporânea na Universidade do Distrito Federal e ficou conhecido e reconhecido como intérprete do Brasil pelo seu livro clássico, *Raízes do Brasil*. Em 1958, assumiu a cátedra de História da Civilização Brasileira na USP, onde se manteve até se aposentar como professor em 1969.

Esses códigos e princípios da sociabilidade disseminados hegemonicamente por toda a rede de relações sociais moldaram as mais variadas instituições. Um modelo de estrutura social como esse, sustentado por relações de afeto e sangue não é propício ao desenvolvimento de idéias e novas perspectivas. Usando como exemplo a gênese das instituições políticas brasileiras, elas se caracterizavam por traços pré-modernos, se constituem como uma extensão da família patriarcal. E isso leva ao ponto fundamental expresso na dificuldade em separar o público do privado. O Estado é impregnado de comportamentos característicos do ambiente familiar.

“Não era fácil aos detentores de posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ‘patrimonial’ do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário patrimonial, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático” (Holanda, 2005, p. 146).

A família como instituição, na visão do autor, foi o cerne na consolidação do modelo de códigos sociais característicos da sociedade brasileira. O núcleo familiar obteve hegemonia indiscutível e guiava os “contatos primários” e os vínculos que se estabeleciam no conjunto das relações sociais. A família foi o círculo fechado proeminente na história do Brasil, imprimindo sua dinâmica sobre praticamente todos os aspectos da vida dos indivíduos. As características que nós herdamos do período colonial se enraizaram em nossa cultura, desenvolvendo um arranjo institucional tipicamente patriarcal. A figura do homem cordial mostra-se saindo do âmago do núcleo familiar, estimulando a pujança dos vínculos particularistas de afeto e de sangue. Este homem precisa de um viver nos outros.

“No homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação de pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros” (Holanda, 2005, p. 147)

A principal idiosincrasia desse homem cordial eram os valores familiares que conduziam seus atos em qualquer circunstância social, inclusive em suas atividades desenvolvidas no domínio público. Dessa forma, o indivíduo formado nesse ambiente peculiar levava consigo aonde quer que fosse sua visão de mundo atrasada, não distinguindo o tratamento que deveria ser dado aos assuntos de cunho pessoal daqueles referentes ao âmbito público. É a dificuldade em superar os laços de pessoalidade e intimidade que permeiam o tecido social e transcendem o ambiente privado e invadem o lócus público, tornando-os uma coisa só. Num universo social como esse não é de se espantar a dificuldade em implantar uma ordem social competitiva¹⁹.

¹⁹ “Assim, raramente se tem podido chegar, na esfera dos negócios, a uma adequada racionalização; o freguês ou cliente há de assumir de preferência a posição do amigo. Não há duvida que, desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedam os principais obstáculos que na Espanha, e em todos os países hispânicos – Portugal e Brasil inclusive -, se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais (Holanda, 2005, p. 134). (...)“O descobrimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência. Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo (p.149).

“Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo²⁰ democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incomoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas” (Holanda, 2005, p. 160).

A gênese da sociabilidade brasileira está sustentada num ambiente social de perpetuação do círculo vicioso de pessoalidade e de vontades particulares. Reproduzem-se os círculos fechados resistentes a ordenações impessoais, oriundos do núcleo familiar, que se refletem diretamente no funcionalismo patrimonial e repudia o Estado burocrático por excelência. A política e as questões de Estado devem se distanciar da lógica inerente as questões pessoais, permeada por informalismos. Nesse sentido, poder-se-á instituir no seio das relações sociais uma sociabilidade moderna com nítida separação entre o público e o privado, em detrimento das organizações sociais em que impere uma visão de mundo patrimonialista.

Cabe ressaltar, que as mudanças necessárias são de ordem profunda no conjunto social, o rearranjo deve liquidar com a retrógrada ordem colonial e patriarcal e seus valores morais, sociais e políticos.

“Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo” (Holanda, 2005, p. 178).

O patrimonialismo como mecanismo de poder pessoal para deliberar e governar a esfera pública apresentou-se como nocivo ao desenvolvimento capitalista no Brasil. As características da formação familiar impregnaram a vida pública, levando à esfera do Estado a indissociação entre aquilo que é público e o que é privado. O homem brasileiro possui a idiossincrasia de homem cordial, com extrema dificuldade em manter relações de impessoalidade. Nesse sentido, o núcleo familiar é a referência dos valores para a formação do Estado e de seu ambiente.

5. Aproximação entre Faoro e Sérgio Buarque com a análise neoinstitucionalista/evolucionária

Sérgio Buarque, assim como Raymundo Faoro, ambos defendem a relevância dos reflexos da herança patrimonial portuguesa sobre o desenvolvimento do Brasil e seus problemas em um contexto de sociabilidade moderna. Para o primeiro, o que mais interessa são os códigos de sociabilidade típicos da vida familiar, ou *pater familias*, que se encontram enraizados e ativos nas relações sociais do Brasil contemporâneo.

A dinâmica social implementada no Brasil, através de um modelo mental português que obteve sucesso na sua tarefa de colonização naquele momento e espaço, consolidou um processo de aprendizagem e uma capacidade cognitiva amplamente associados a valores de ordem pessoais. Criaram-se hábitos personalistas que conformaram a base de consolidação das preferências e

²⁰ Deve-se lembrar, conforme Fernandes (1981, p. 38), que “(...) sem perder-se de vista as limitações e deformações que sofreu numa sociedade e numa cultura tão avessas às suas implicações sócio-econômicas, político, intelectuais e humanitárias, e aceitando-se que, ainda assim, ele só se constituiu em realidade histórica para as minorias atuantes dos estamentos senhoriais, o liberalismo foi a força cultural viva na revolução nacional brasileira.”

vontades individuais. Esse tipo de hábito mental guia a trajetória de interações entre as instituições e os indivíduos. (Hodgson, 2002). Esses hábitos informais, oriundos preponderantemente da vida familiar, estão enraizados nos indivíduos e, conseqüentemente, na gênese de nossas instituições incompatíveis, então, com uma economia capitalista eficiente.

“Em realidade não é pela maior temperança no gosto das riquezas que se separam espanhóis ou portugueses de outros povos, entre os quais viria a florescer essa criação tipicamente burguesa que é a chamada mentalidade capitalista. (...) O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (Holanda, 2005, p. 137).

No mesmo sentido, coloca Faoro (1977, p. 86):

“A incompatibilidade do português com o espírito capitalista, recebeu, de um extremo a outro, a explicação do sangue celta e da “preguiça espanhola”. No fundo de todas as tentativas de definir o mal, no tumultuoso contexto histórico, há o reconhecimento de que a nação foi sufocada por um sistema gerado de suas entranhas, sistema um dia, há dois séculos, responsável por sua grandeza.”

A passagem para uma civilização moderna, que vem ocorrendo de forma lenta e acomodativa, desde a “revolução encapuçada” da Independência²¹, demanda instituições para essa modernidade, instituições que suscitem o crescimento através de matrizes eficientes.

Pode-se observar em ambos os autores, de certa forma, a raiz das ações de cunho acomodativo, sempre escolhendo caminhos menos conflituosos. As modernizações²² ocorridas no país, em detrimento da modernidade, são reflexos, também, das escolhas por opções “menos difíceis”. Assim foi ao longo da história, adiam-se reformas fundamentais para seguir o caminho da modernização e da acomodação. “O processo faz pensar na ‘acomodação entre elementos hostis’, como estão na modernização. (...) O povo, por esse meio, não participava da mudança: ele a padecia. Foi o que quis dizer Euclides da Cunha, ao notar que estávamos ‘condenados à civilização’” (Faoro, 1992, p. 14).

Numa mesma direção, argumenta Holanda (2005, p. 177), “Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. (...) Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.”

Nessa direção, a emulação “tupiniquim” à cultura e o modo de vida estrangeiro, o sentimento de inferioridade e frustração com os modos de vidas tropicais e a busca de ideais inatingíveis, dão movimento ao sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo. Essa emulação da cultura e da tecnologia estrangeira é um mito autorizado (*enabling myth*).

²¹ Expressão cunhada por outro célebre intérprete do Brasil, Florestan Fernandes.

²²“Toda sociedade se retarda, no seu *fieri*, seduzida por formas arcaicas, que a sufocam, num congelamento mal adequado à circulação do sangue. O influxo das transformações mundiais, com a civilização universal exigindo a penetração em todos os povos, se processa por meio dessa camada, sem a colaboração da classe média, responsável na Europa dos séculos XVIII e XIX pela mudança da face da sociedade. Os países aprisionados pelo estamento se modernizam, ocidentalizando-se, por via de um plano do alto, imposto a nação, com a teorização, retardada de muitas décadas, de processo espontâneos nas sedes criadoras. (...) O estamento absorve as técnicas importadas, restando a elite ocidentalizadora, para que as novas idéias, as ideologias não perturbem o domínio da sociedade, domínio, mesmo vestido de palavras novas, tradicionalmente cunhado” (Faoro, 1977, p. 93).

Um mito autorizado é aquele que permite que um estrato superior mantenha essa posição e continue a ter uma relação predatória sobre a população inferior. Como a origem do poder encontra-se no Estado, a emulação dá origem e reforça o *status quo* das elites que comandam o Estado, que por sua vez tem forte poder de coerção. A combinação de poder e *status* permite que uma elite fortifique-se (Dugger, 1988, p.6-8).

Da mesma forma a emulação cultural cria o sentimento de dependência externa e mina a capacidade de autodeterminação que permeia o tecido socioeconômico, restringe progressivamente suas possibilidades de maior autonomia decisória e não permitiu que se constituísse no Brasil um sentimento existencialista e instrumentalista da capacidade da atuação transformadora dos hábitos de pensamento e das ações humanas *a lá* Veblen. Essa emulação é a causa do atraso e da dependência tecnológica do Brasil, pois não se criou as bases de um sistema nacional de conhecimento baseado na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o qual Faoro identifica como: “o império da mesma direção – o pensamento importado e tardo, a realidade tumultuária – levou ao atraso científico e ao enrijecimento do direito, ao serviço, ambas as fraquezas, do estado-maior de domínio. A utilização técnica do conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, fruta importada. Não brotou a ciência das necessidades práticas do país, ocupados os seus sábios, no tempo de Descartes, Copérnico e Galileu, com o silogismo aristotélico, desdenhoso da ciência natural” (Faoro, 1977, p. 63).

Haveria de ser a burocracia governamental no Brasil aquela responsável pela introdução de mecanismos de eficiência econômica via mercado orientado por instituições estáveis, no sentido de consolidar um capitalismo do tipo industrial, amparado na calculabilidade e racionalidade. Assim, elementos que deveriam ter habitado a mente nacional foram rejeitados. Esforços individuais que fizeram fortunas através do trabalho árduo “(...) não obterão a consideração que almejam, e o respeito a que tem direito, se não renderem à suserania oficial. (...) [O] espírito agrícola, mercantil, literário e artístico, tolhidos no desenvolvimento não concorrem a formar a opinião publica. Só vive, pensa e governa no Brasil, o espírito burocrático” (Faoro, 1977, p. 391-392)

Outra característica geral e que permeia a obra de Faoro e Holanda, é o aspecto da influência que vem de fora na trajetória de conformação da realidade brasileira. Essas influências externas não permitem a solidificação de instituições e valores da modernidade. Conforme Holanda (2005), consolida-se uma sociabilidade apenas aparente, sem efeito positivo na estruturação da ordem coletiva, constituindo um abismo entre a sociedade civil e o Estado.

“A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro (Faoro, 1977, p. 737).

De acordo com Tavolaro (2005), mesmo que não efetivamente, a herança patrimonial acaba se tornando um tipo de “variável independente”, com força para explicar a trajetória histórica brasileira, seus arranjos políticos e sociais que aqui se conformaram e se solidificaram. Estado, economia e sociedade civil nunca conseguiram se diferenciar efetivamente, impossibilitando a criação de normas e códigos próprios. Nesse sentido, parece que existe um tipo de forte *lock in* patrimonialista institucional como unidade de seleção que aborta as tentativas de modernização do Estado brasileiro, e que influenciaram substancialmente nossa trajetória histórica.

Usando a estrutura analítica e os quatro passos sugeridos por Zysman (1994), em um país com orientação política nas relações entre a burocracia estatal e a sociedade, não se estabeleceram relações impessoais as quais um projeto de desenvolvimento orientado em metas e objetivos coletivos demanda, sugerindo que o que guiou a estrutura institucional foi o desenvolvimento político, em detrimento do desenvolvimento industrial. A consequência foi a constituição de uma burocracia estatal politicamente orientada pelas elites, num primeiro momento agrária e num

segundo, estrangeira, constituída pelos interesses das empresas multinacionais. Como faltaram iniciativas fundamentalmente oriundas de uma identidade cultural local, e a tentativa foi sempre reproduzir uma estrutura produtiva importada incompatível com o ambiente idiossincrático local, criam-se problemas de adaptabilidade com a matriz institucional local.

Da mesma forma, no Estado brasileiro falta uma autêntica burocracia coerente e estável (Evans, 1996), o que pode ser remetido a nossa herança patrimonialista. No Brasil deflagra-se uma administração pública mesclada por “cargos de confiança”, cujas nomeações ligam-se por conexões pessoais ou políticas não estáveis, por causa da alternância política do poder, e em “redutos de eficiência” de burocracia formada a partir de concurso público. A impossibilidade do empreendimento de uma inteira reforma burocrática nesse Estado e a necessidade de ampliar os quadros de carreira pública produziu uma estrutura grande e heterogênea que dificulta a coordenação das políticas públicas. A falta de uma estrutura burocrática estatal estável e coesa impede no Estado brasileiro o estabelecimento e institucionalização de vínculos sociais fortes com o setor privado, e incentivam relações público-privadas por canais pessoais e ações isoladas em pequenos “anéis” (burocráticos) de grupos industriais em conexão com um pequeno grupo de burocratas pouco confiáveis, que acaba gerando resultados duvidosos. Todavia, em alguns “redutos de eficiência” e quando eficazmente o Estado brasileiro atuou como empresário houve avanços consideráveis que contribuíram para o crescimento e industrialização de longo prazo. Não menos importante é que essas esferas organizacionais estatais gozavam de excepcional capacidade e coerência. Não obstante, o Estado brasileiro sugere uma autonomia enraizada parcial, antes que geral, e a perpetuação de suas complexas e controversas elites entorpece sua idoneidade na construção e execução de um projeto de desenvolvimento com base nos interesses coletivos, nem deixa engendrar um processo de transformação estrutural da economia e da sociedade num sentido Gerschenkroniano e Rirschmaniano, capacidade típica dos Estados desenvolvimentistas.

A autonomia enraizada, típica dos Estados desenvolvimentistas, é uma amálgama da coerência burocrática interna de excelente capacidade administrativa, e seu atributo de isolamento aos interesses particularistas das elites, e de suas conexões externas a partir de intensa imersão da burocracia nas estruturas sociais (Evans, 1996, p.555). É constituída pelos “elementos não burocráticos da burocracia” que permite e/ou permitiu a estes Estados criar os laços sociais que os ligassem ao capital privado representado por atores capazes de atuar com inteligência e de forma descentralizada. Ela permite um equilíbrio balanceado da capacidade da burocracia de decidir, selecionar (para preservar recursos administrativos) e perseguir metas coletivas ao mesmo tempo em que não se desvirtua à pressões políticas e nem se subordina a ações clientelistas, típicas dos Estados predatórios. Todavia essa autonomia enraizada depende não apenas do “*esprit de corps*” da burocracia do Estado, mas também da índole da estrutura social e da unidade ou não (fragmentário) do seu poder – das elites. (*ibidem*, p.556)

Por fim, mas não menos importante, as características patrimonialistas do Estado brasileiro não permitiram o devido papel e importância às estratégias das firmas, provocando uma dinâmica tecnológica e inovativa de acordo com os fatores e recursos internos. Nesse sentido, não pode ser o governo o agente fundamental para o crescimento econômico de longo prazo. Deve-se respeitar as idiossincrasias do mercado nacional. Pode-se pensar que o *lock in* institucional criado no país não permitiu uma estratégia de desenvolvimento vinda de baixo para cima, da sociedade civil para o Estado, imperando a herança patrimonialista e a falta de comprometimento com a separação entre o público e o privado. O homem cordial tomou conta das relações entre a sociedade civil e o Estado. As relações entre política, instituições e mercado obedecem a regras informais impregnadas pelos “contatos primários”, e a estrutura institucional de economia política nacional se solidifica em interesses particulares de círculos fechados que não obedecem a uma ordenação impessoal (Holanda, 2005).

Deste modo, nosso processo de aprendizado coletivo se enraizou em uma matriz institucional herdada de uma sociedade com elevados níveis de relações pessoais. E como se observa pela leitura dos dois autores, o patrimonialismo se institui como barreira e cria mecanismos

auto-reforçantes, mantendo os hábitos de um capitalismo de Estado e de um modelo mental herdado do período colonial. Nesse ambiente não se permite a iniciativa individual como guia do processo de desenvolvimento econômico, em que prevaleceriam direitos de propriedade bem definidos e baixos custos de transação. Estebelece-se um *path dependence* negativo em que as instituições herdadas condicionam a trajetória ao longo do tempo. Isso dificulta uma dinâmica amparada em um processo de aprendizado com autonomia cultural local e *embeddedness* independente. Conforme Faoro,

“O capitalismo comercial, politicamente orientado, só ele compatível com a organização política estamental, sempre gradativamente burocrática, ajusta a si o direito, limita a ideologia econômica, expande-se em monopólios, privilégios e concessões. Os parceiros da jornada da África, Ásia e América se entendem e se ajudam, estabilizando a economia, nela intervindo íntima e indiretamente, sob a tutela do soberano. O Brasil, de terra a explorar, converte-se, em três séculos de assimilação, no herdeiro de uma longa história, em cujo seio pulsa a revolução de Avis e a corte de D. Manuel.” (Faoro, 1977, p. 67-68) (...) “O brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração ao aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e curriculum vitae aprovado de cima para baixo” (p. 743).

As transformações da sociedade brasileira, para alcançar um estágio de modernidade, passam pela maior autonomia dos indivíduos responsáveis pela atividade produtiva em que impere a impessoalidade e a igualdade de valores, com regras claras e com garantias de estabilidade econômica e das instituições. As transformações devem vir de baixo para cima, modificando seus hábitos e o arranjo institucional.

“A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.” (Holanda, 2005, p. 178)

A dinâmica da evolução institucional desenvolveu ao longo de tempo e de seu processo de aprendizagem relações pessoais em que se manteve ao longo da história do Brasil a não separação entre o interesse público e o privado. Os interesses inerentes ao estamento burocrático e as influências advindas do núcleo familiar impregnaram o *path dependence* institucional e se tornaram um dos aspectos principais do *embeddedness*.

6. Considerações finais

A tentativa do ensaio, embora preliminar, foi de aproximar o arcabouço teórico neo-institucionalista/evolucionário a obras consagradas na interpretação do Brasil, no sentido de contribuir para a compreensão do processo de desenvolvimento do Brasil. Concentrou-se o foco no processo de aprendizagem local e nas influências herdadas da matriz institucional portuguesa que estariam na essência e não na aparência do processo de desenvolvimento do país.

No Brasil, o Estado veio antes da nação. A nação foi criada pelo Estado. Esta é uma das principais idiossincrasias do país, se caracterizando como um exemplo conspícuo. Comparato (2003, p. 333), citando Alceu Amoroso Lima, destaca o fenômeno.

“Foi se vendo pouco a pouco – e até hoje o vemos ainda com surpresa, por vezes – que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter

alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna. Fizera empréstimos antes de ter riqueza consolidada. Aspirara a potência mundial antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão.”

Nesse cenário, “estamento burocrático” tem uma força endógena que o estimula incessantemente. Existem funções institucionalizadas de poder, em que num determinado momento faz fluir sua “classe dirigente”. Em momentos de interregno, quando acontecem mudanças estruturais, entre em cena a comunidade que sustenta a sociedade de liderança que se encontra dentro da mesma faixa de origem.

“Nesta dança, orquestrada pelo estamento, não entra o povo: quem seleciona, remove e consolida as chefias é a comunidade de domínio, num ensaio maquiavélico de captação do assentimento popular. (...) Aqui está o ponto de contato da classe dirigente com o estamento, força, este, aparentemente de reserva, depositário, na realidade, das energias políticas. Por via desse circuito, torna-se claro que elite e estamento são realidades deversas, articulada a primeira no serviço da segunda, que a define, caracteriza e lhe infunde a energia. Há, todavia, situações em que as funções da sociedade se desenvolvem por via do estamento, não perfeitamente caracterizado ou confundido com a elite, despida esta de sua individualidade conceitual. Uma longa herança – herança social e política – concentrou o poder minoritário numa camada institucionalizada. Forma-se, desta sorte, uma aristocracia, um estamento de caráter aristocrático, do qual se projeta, sem autonomia, uma elite, um escol dirigente, uma ‘classe’ política (Faoro, 1977, p. 92).

Os problemas de hoje não emanam simplesmente do poder absoluto do estamento burocrático, mas o Estado parece ainda incapaz de exercer o poder que lhe é atribuído democraticamente, governando em benefício de todos (Schwartzman, 2003). Nesse sentido, ainda é possível refletir através dele sobre as questões da atualidade.

O estamento burocrático é institucionalizado e possui ampla capacidade de adaptação, se transformando conforme os acontecimentos. O estamento não é uma fase passageira na história do país, ele se mantém como um carcinoma nas entranhas nacionais. Por isso, pode-se observar ainda hoje o princípio da personalidade enraizado no Estado brasileiro e que assombra a sociedade civil. O Brasil parece dar indícios, ainda hoje, de ter forças para crescer apenas a noite, enquanto o Estado “dorme”.

O processo de aprendizagem histórico manteve um *embeddedness* que é fundamental na explicação do *path-dependence* do Brasil. Portanto, a forma como se constituiu o arranjo institucional e o processo de aprendizagem local estabeleceram uma sinergia que moldou o ambiente cultural. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento é idiossincrático e não se pode copiar instituições e trajetórias de crescimento, já que estas são *path dependence*.

O incentivo a uma economia de mercado que obedeça critérios de impessoalidade nas relações de troca estimula a eficiência, enquanto economias que apresentem economias de mercado com uma matriz institucional impregnada de relações pessoais de troca provavelmente apresentarão elevados custos de transação. Essa falta de relações impessoais via mercado é encontrada na obra de Faoro a todo instante, principalmente nas amarras do aparelhamento burocrático que não permite a gênese de um capitalismo do tipo industrial e de uma ordem social competitiva.

Nesse sentido, o processo de modernização como ocorrido no Brasil não incorporou as idiossincrasias locais, dificultando sobremaneira a adaptação de instituições e tecnologias importadas que não se adaptam bem ao nosso contexto histórico-institucional e podem, inclusive, acarretar uma sociabilidade perversa. Assim, o que ocorre é o não florescimento da identidade cultural local, provocando o aumento dos custos de transação, problemas de emulação pecuniária

entre os estratos sociais, permanência do *status quo* e do *lock in* institucional. Esse conjunto de aspectos causam uma paralisia que engendra enormes dificuldades na implementação de uma ordem social competitiva com reflexos positivos na sociabilidade moderna.

7. Referências Bibliográficas

AREND, M. (2006) Atraso via modernização cultural: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. *Anais do XI Encontro de Economia Política*, UFES, Vitória, Espírito Santo.

ARTHUR, B. (1989) Competing Technologies increasing returns and lock-in by historical events. *The Economic Journal*, n. 99, 116-131, mar.

COMPARATO, F. K. (2003) Faoro historiador. *Estudos Avançados*. 17 (48), pgs.330-337

CONCEIÇÃO, O. (2007) A dimensão institucionalista do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. *Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política*, USP, 5 a 8 de junho, pgs. 1-23.

CONCEIÇÃO, O. (2002) Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. *Teses FEE*, n. 1, Porto Alegre, pgs. 227.

DUGGER, W. (1988) Radical Institutionalism: Basic Concepts. *Review of Radical Political Economics*. V.20, n.1, p.1-20.

EVANS, P. (1996) El Estado com problema y como solucion. *Desarrollo Económico*, v.35, n.140, enero-marzo, p.529-562.

FAORO, R. (1992) A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. USP, São Paulo. 6 (14).

FAORO, R. (1977) *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. Vols. 1 e 2. Ed. Globo, Porto Alegre, pgs, 750.

FERNANDES, F. (1981) *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Ed. Zahar.

HODGSON, G. (2002) The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. *Constitutional Political Economy*, 13, pgs. 111-127.

HODGSON, G. (2000) What is the essence of institutional economics? *Journal of Economic Issues*. Vol. XXXIV, nº 2, June. p. 317-329.

HODGSON, G (1998) The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI, march, pgs. 166-192.

HODGSON, G. (1997). “From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions”. *Instituições e Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva comparativa sobre a reforma do Estado*. Seminário Internacional, Rio de Janeiro, 12,13 e 14 de novembro.

HODGSON, G. (1993) Institutional Economics: Surveying the ‘old’ and the ‘new’. *Metroeconomica*. v. 44, n.1, p. 1-28, 1993.

- HODGSON, G. (1992) Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. *Cambridge Journal of Economics*, v.16, n.3, p. 285-301, sept..
- HOLANDA, S. B. (2005) *Raízes do Brasil*. 26ª. ed., 22ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.
- MONASTÉRIO, L. *Guia para Veblen: um estudo acerca da Economia Evolucionária*. Pelotas: EDUFPEL, 1998.
- NELSON, R. (2002) Bringing institutions into evolutionary growth theory. *Journal of Evolutionary Economics*. Springer-Verlag. V. 12, pgs. 17-28.
- NORTH, D. (2005) *Understanding the process of economic change*. Cap. 1. pgs. 1-8. Princeton University Press,
- NORTH, D. (1994). Economic performance through time. *The American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-68, jun.
- RUTHERFORD, M. (1998) Veblen's Evolutionary Programme: a Promise unfulfilled. *Cambridge Journal of Economics*, v.22, p. 463-477.
- SCHWARTZMAN, S. (2003) Atualidade de Raymundo Faoro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 46, n. 2. Rio de Janeiro, pgs. 207-213
- TAVORALO, S. B. F. (2005) Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, n. 59, outubro, pgs, 5-22.
- VEBLEN, T. (1987) *A Teoria da Classe Ociosa*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural.
- WEBER, M. (2000) *Economia e Sociedade*. v.1., 4. Edição.
- ZYSMAN, John. (1994). How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. *Industrial and Corporate Change*. v. 3, n. 1, p. 243-283.